

**A LIBERDADE CRISTÃ NA PERSPECTIVA AGOSTINIANA EM
COMUNHÃO COM O ECUMENISMO**

**CHRISTIAN FREEDOM ON AGOSTINIAN PERSPECTIVE IN COMMUNION
WITH ECUMENISM**

Felipe Batista da Luz¹

Kelly Thaysy Lopes Nascimento²

RESUMO

Este ensaio expõe a relação existente entre a liberdade querida por Deus e vivenciada por Jesus Cristo e o Ecumenismo, tendo por base a tradição bíblica e a perspectiva de Agostinho acerca da liberdade, definida como “a decisão pelo bem”. A liberdade, na perspectiva Agostiniana, é a via pela qual o homem adentra no ensinamento divino revelado por Jesus. Para mergulharmos na via da liberdade, aprofundamo-nos no exemplo de Cristo encontrado na Sagrada Escritura, especialmente nos Evangelhos. Por conseguinte, apresentamos a construção do pensamento de Santo Agostinho que mostra a beleza que emana da opção de fazer o bem. Isto fomenta a ideia de retidão de vida como vivência da vontade de Deus. Por fim, demonstramos a importância do dado da encarnação, a expressão máxima do amor de Deus pela humanidade, pois neste evento revelador o Pai envia seu Filho unigênito, Jesus Cristo, para regenerar toda humanidade perdida e perturbada pelo pecado. Jesus redime o homem e busca a unidade de todo o gênero humano; a necessidade de fazermos da verdadeira liberdade, o espaço de assimilação e vivência da unidade desejada pelo ecumenismo.

Palavras-Chave: Liberdade. Jesus Cristo. Ecumenismo. Unidade.

RÉSUMÉ

Cet article présente la relation entre la liberté aimé par Dieu et vécue par Jésus-Christ et l'œcuménisme. Basé sur la tradition biblique et la perspective d'Augustin sur la liberté, définie comme «la décision pour le bien". La liberté est le moyen par lequel l'homme entre l'enseignement divin révélé par Jésus. Pour plonger vers la liberté, nous allons plus loin dans l'exemple du Christ trouvé dans l'Écriture Sainte, en particulier les Évangiles. Après nous présentons la construction de la pensée de saint Augustin montrant la beauté émanant de l'option pour faire le bien. Por fin, nous démontrons l'importance du fait de l'incarnation, l'expression ultime de l'amour de Dieu pour l'humanité, pour cet événement révélant le Père envoie son Fils unique, Jésus-Christ, comme homme, régénérer toute l'humanité perdue et bouleversée par le péché. Jésus rachète l'homme et cherche l'unité de toute l'humanité; la nécessité de faire de la vraie liberté de l'assimilation de l'espace et l'expérience de l'unité souhaitée pour l'œcuménisme.

Mots-clés: Liberté. Jésus-Christ. Ecuménisme. Unité.

¹ Graduado em Teologia no Seminário Arquidiocesano da Paraíba Imaculada Conceição - SAPIC

² Professora da disciplina Eclesiologia IV - Ecumenismo no Curso de Teologia do SAPIC. Mestre em Ciências das Religiões – UFPB.

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios a liberdade é a base central da vida do homem, é a expressão maior do livre arbítrio concedido por Deus. A Sagrada Escritura nos mostra o exemplo de Cristo que de forma livre instaura o Reino do Pai.

Santo Agostinho em suas obras ao tratar da liberdade, propôs um real entendimento do tema, redefinindo liberdade e livre-arbítrio. Nesta redefinição ele lança a compreensão da liberdade como opção pelo bem. Deste modo, a liberdade constitui a maior manifestação do homem pela vontade de Deus para sua vida.

Dessa liberdade dada por Deus e assumida, também, por Cristo encontramos homens que fizeram opções diversas em várias situações e circunstâncias da vida. É desta opção de escolher e optar que vemos brotar uma diversidade de espiritualidade e igrejas.

Neste ensaio buscamos aprofundar a intrínseca relação que existe entre a liberdade humana e o ecumenismo, apresentando Cristo como exemplo de unidade. Nesta perspectiva veremos a beleza que emana do respeito para com as diferenças existentes entre os seguimentos religiosos. Não obstante, evidenciaremos como é complexo o verdadeiro significado deste respeito, pois não podemos entendê-lo como uma quebra ou perda de identidade cristã-católica, mas a partir dele um profundo entendimento da identidade católica como identificação da verdade e liberdade divina em alcance da sociedade.

Jesus Cristo e a liberdade

Em várias passagens da Sagrada Escritura encontramos Jesus derrubando barreiras, desmitificando preconceitos, vencendo limites e ressignificando tradições. Jesus vive de um modo diferente do povo de seu tempo e esta diferença é justamente, a liberdade com que Ele vivencia cada experiência. Para destacar esta perspectiva libertadora do Cristo tomaremos três passagens específicas do Novo Testamento. A saber: Sermão das montanhas (Mt 5,21-48), Filho pródigo/Pai Misericordioso (Lc 15,11-32), Jesus e o sábado (Mc 2,23-3,6) e Jesus entre os samaritanos (Jo 4,7-24).

A Liberdade de Jesus frente a tradição de seu povo:

“Ouvistes o que foi dito aos antigos: Não matarás; o homicida responderá perante o tribunal. Pois eu vos digo: todo aquele que se encher de cólera contra seu irmão responderá perante o tribunal. Quem chamar seu irmão de inútil responderá perante o conselho, quem o chamar de louco incorrerá na pena do fogo.

(...)

Ouvistes que foi dito: não cometerás adultério. Pois eu vos digo: quem olha uma mulher com desejo desejando-a, já cometeu adultério com ela em seu coração.

(...)

Foi dito: quem repudia sua mulher lhe dê uma ata de divórcio. Pois eu vos digo: quem repudia sua mulher – exceto em caso de concubinato –

a induz a adular, e quem se casa com uma divorciada comete adultério.

Também ouvistes que foi dito aos antigos: não perjurareis e cumpriráis teus juramentos ao Senhor. Pois eu vos digo: não jureis de modo algum.
(...)

Ouvistes que foi dito: olho por olho e dente por dente. Pois eu vos digo: não resistais ao malvado. Pelo contrário, se alguém te dá uma bofetada na face direita oferece também a esquerda.
(...)

Ouvistes o que foi dito: Amarás o teu próximo e odiarás o teu inimigo. Pois eu vos digo: Amai vossos inimigos e rezai pelos que vos perseguem” (Mt 5, 21-48).

Encontramos no capítulo quinto do evangelho de Mateus o início do discurso do Senhor conhecido como o sermão da montanha. Neste momento catequético, Jesus apresenta às multidões o espírito novo do Reino de Deus, expondo um ensinamento inovador na interpretação da lei moral bíblica.

Diante de um povo formado e preso às leis e tradições que lhes fora transmitida, Mateus, que tem como objetivo de seus escritos mostrar Jesus como o Messias libertador, remontando-se a Moisés que subiu ao monte e recebeu a lei, apresentando-nos Jesus que sobe ao monte e oferece o entendimento perfeito da Lei.

Jesus irrompe com um discurso que não altera, substitui ou anula a lei, mas expõe a verdadeira intenção e objetivo da lei com seu ensinamento de descontinuidade. Ele nos coloca o que anteriormente foi dado, destacando que o proceder daqueles que o escutam deve ser diferente na radicalidade.

Livre do pensamento de que a Lei dada por Moisés deve ser vivida em sua conformidade, oralmente o senhor propõe em seu próprio nome “Eu, porém, vos digo”, como a autoridade que conduz à liberdade benéfica e amorosa.

“Um homem tinha dois filhos. ¹² O mais moço disse a seu pai. Meu pai, dá-me a parte da herança que me toca. O pai então repartiu entre eles os haveres. ¹³ Poucos dias depois, ajuntando tudo o que lhe pertencia, partiu o filho mais moço para um país muito distante, e lá dissipou a sua fortuna, vivendo dissolutamente. ¹⁴ Depois de ter esbanjado tudo, sobreveio àquela região uma grande fome e ele começou a passar penúria. ¹⁵ Foi pôr-se ao serviço de um dos habitantes daquela região, que o mandou para os seus campos guardar os porcos. ¹⁶ Desejava ele fartar-se das vagens que os porcos comiam, mas ninguém lhas dava.

¹⁷ Entrou então em si e refletiu: “Quantos empregados há na casa de meu pai que têm pão em abundância...e eu, aqui, estou a morrer de fome! ¹⁸ Levantar-me-ei e irei a meu pai, e dir-lhe-ei: Meu pai, pequei contra o céu e contra ti; ¹⁹ já não sou digno de ser chamado teu filho. Trata-me como a um dos teus empregados”. ²⁰ Levantou-se, pois, e foi ter com seu pai. Estava ainda longe, quando seu pai o viu e, movido de compaixão correu-lhe ao encontro, lançou-se-lhe ao pescoço e o beijou. ²¹ O filho lhe disse, então: “Meu pai, pequei contra o céu e contra ti; já não sou digno de ser chamado teu filho”. ²² Mas o pai falou aos servos: “Trazei-me depressa a melhor veste e vesti-lha, ponde-lhe um anel no dedo e calçado nos pés. ²³ Trazei também um novilho gordo e matai-o; comamos e façamos festa. ²⁴ Este meu filho estava morto e reviveu; tinha se perdido e foi achado”. E começaram a festa.

²⁵O filho mais velho estava no campo. Ao voltar e aproximar-se da casa, ouviu a música e as danças. ²⁶Chamou um servo e perguntou-lhe o que havia. ²⁷Ele lhe explicou: “Voltou teu irmão. E teu pai mandou matar um novilho gordo porque o reencontrou são e salvo”. ²⁸Encolerizou-se ele e não queria entrar, mas seu pai saiu e insistiu com ele. ²⁹Ele, então, respondeu ao pai: “Há tantos anos te sirvo sem jamais transgredir ordem alguma tua, e nunca me destes um cabrito para festejar com meus amigos. ³⁰E agora que voltou este teu filho, que gastou os teus bens com as meretrizes, logo lhe mandaste matar um novilho gordo!”. ³¹Explicou-lhe o pai: “Filho, tu estás sempre comigo, e tudo o que é meu é teu. ³²Convinha, porém, fazermos festa, pois este teu irmão estava morto, e reviveu; tinha se perdido e foi achado”.

O Senhor olha para o pecador de modo diferente, diferenciando-o de seu ato de pecado, acolhendo-o apesar de seu erro. Seu testemunho de misericórdia e atenção ao pecador em momento algum quis ser contra a lei de seu povo, mas destacando um novo direcionamento: o que deve ser abolido é o pecado e não o pecador.

Jesus fala a partir de suas atitudes sobre a grandeza do ser humano, de quanto este é maior que sua inclinação para o pecado e o mal. Ele fala nesta parábola, de um filho que se distancia de seu pai quando erra gastando seus bens sem nenhum discernimento, mas reconhece sua falha e volta para pedir ao pai que lhe trate como um de seus servos. O pai, no entanto, mostra ao filho que apesar de seus erros ele continua sendo filho, que sua condição de filho é maior que seus pecados. A continuação da parábola mostra o outro filho que apesar de nunca sair de perto do pai vive como se fosse servo seu e não filho, e por isso não entende a atitude do pai de festejar a volta do filho mais novo.

A atitude do pai desta passagem é a posição de Jesus diante do pecador. Ele se alegra com cada pecador que reconhece seus erros e faz o caminho de volta, quando percebe que tem vivido como servo e faz a opção de voltar a ser filho. O Senhor fala, a partir de suas atitudes, da grandeza do ser humano, do quanto este é maior que sua inclinação para o pecado. Por isso não condena a pecadora em Jo 8,10-11, mas lhe restitui a dignidade de mulher: “Mulher, onde estão eles? Ninguém te condenou? (...) Nem eu te condeno”.

Jesus irrompe a mentalidade de seu tempo, de que uma vez tendo pecado é impossível continuar seu caminho vencendo-o; Ele apresenta a possibilidade de levantar-se do erro e caminhar sem trazê-lo consigo: “Vai, e de agora em diante não peques mais”.

A liberdade de Jesus frente ao preceito do sábado:

²³ Certo sábado Jesus estava passando pelas lavouras de cereal. Enquanto caminhavam, seus discípulos começaram a colher espigas. ²⁴ Os fariseus lhe perguntaram: “Olha, por que eles estão fazendo o que não é permitido no sábado?”

²⁵ Ele respondeu: “Vocês nunca leram o que fez Davi quando ele e seus companheiros estavam necessitados e com fome? ²⁶ Nos dias do sumo sacerdote Abiatar, Davi entrou na casa de Deus e comeu os pães da Presença, que apenas aos sacerdotes era permitido comer, e os deu também aos seus companheiros”.

²⁷ E então lhes disse: “O sábado foi feito por causa do homem, e não o homem por causa do sábado. ²⁸ Assim, pois, o Filho do homem é Senhor até mesmo do sábado”.

³ Noutra ocasião ele entrou na sinagoga, e estava ali um homem com uma das mãos atrofiada. ² Alguns deles estavam procurando um motivo para acusar Jesus; por isso o observavam atentamente, para ver se ele iria curá-lo no sábado. ³ Jesus disse ao homem da mão atrofiada: “Levante-se e venha para o meio”.

⁴ Depois Jesus lhes perguntou: “O que é permitido fazer no sábado: o bem ou o mal, salvar a vida ou matar?” Mas eles permaneceram em silêncio.

⁵ Irado, olhou para os que estavam à sua volta e, profundamente entristecido por causa do coração endurecido deles, disse ao homem: “Estenda a mão”. Ele a estendeu, e ela foi restaurada. ⁶ Então os fariseus saíram e começaram a conspirar com os herodianos contra Jesus, sobre como poderiam matá-lo.

Cristo traz uma nova ótica do preceito guardado ao dia de sábado, mostrando aos seus contemporâneos que a lei do sábado, como nenhuma outra lei, pode ser para impedir o homem de ajudar aos que sofrem na vida, pelo contrário, deve levar-nos à maturidade de entendermos que as leis nos tornam livres para amar e fazer o bem.

Nos exemplos usados pelo Senhor nesta passagem, a possível desobediência à lei do sábado acontece para que a necessidade do outro seja saciada, as espigas arrancadas são para matar a fome dos que estão com ele e a cura para libertar o homem do mal que trazia consigo. Ao fazê-los Ele pergunta: “O que é permitido fazer no sábado: o bem ou o mal, salvar a vida ou matar?”.

O questionamento de Jesus é catequético e tem como objetivo penetrar o pensamento existente a fim de restaurá-lo de forma que a lei se tornasse algo humano e coerente e não alienante. Ele deseja que seu povo olhe com amor para seu próximo, tendo no coração o desejo de promover a vida e nunca de aprisionar, fazer refém do mal. Jesus insiste que todos percebam que o homem é maior que o sábado ou qualquer outra lei, que Ele é Senhor de tudo.

A liberdade de Jesus frente a separação exclusivista feita pelos seus:

⁷ Veio uma mulher de Samária tirar água. Disse-lhe Jesus: Dá-me de beber. ⁸ Pois seus discípulos tinham ido a cidade comprar comida. ⁹ Disse-lhe então a mulher samaritana: Como, sendo tu judeu, me pedes de beber a mim, que sou mulher samaritana? ¹⁰ Respondeu-lhe Jesus: Se tivesses conhecido o dom de Deus e quem é o que te diz: Dá-me de beber, tu lhe terias pedido e ele te haveria dado água viva. ¹¹ Disse-lhe a mulher: Senhor, tu não tens com que tirá-la, e o poço é fundo; donde, pois, tens essa água viva? ¹² És tu, porventura, maior do que o nosso pai Jacó, que nos deu o poço, do qual também ele mesmo bebeu, e os filhos, e o seu gado? ¹³ Replicou-lhe Jesus: Todo o que beber desta água tornará a ter sede; ¹⁴ mas aquele que beber da água que eu lhe der nunca terá sede; pelo contrário, a água que eu lhe der se fará nele uma fonte de água que jorre para a vida eterna. ¹⁵ Disse-lhe a mulher: Senhor, dá-me dessa água, para que não mais tenha sede, nem venha aqui tirá-la. ¹⁶ Disse-lhe Jesus: Vai, chama o teu marido e vem cá. ¹⁷ Respondeu a mulher: Não tenho marido. Disse-lhe Jesus: Disseste bem: Não tenho marido; ¹⁸ porque cinco maridos tiveste, e o que agora tens não é teu marido; isso disseste com verdade. ¹⁹ Disse-

lhe a mulher: Senhor, vejo que és profeta. 20 Nossos pais adoraram neste monte, e vós dizeis que em Jerusalém é o lugar onde se deve adorar. 21 Disse-lhe Jesus: Mulher, crê-me, a hora vem, em que nem neste monte, nem em Jerusalém adorareis o Pai. 22 Vós adorais o que não conheceis; nós adoramos o que conhecemos; porque a salvação vem dos judeus. 23 Mas a hora vem, e agora é, em que os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e em verdade; porque o Pai procura a tais que assim o adorem. 24 Deus é Espírito, e é necessário que os que o adoram o adorem em espírito e em verdade.

Cristo quebra com uma separação existente entre os seus de não falarem ou se misturarem com os samaritanos porque eram judeus. Ele, mesmo sendo judeu, se aproxima da mulher samaritana e inicia um diálogo. Neste diálogo o Senhor a liberta.

A primeira libertação desta passagem é a do pensamento de separação entre os povos, mostrando-lhes a igualdade de todos sem distinção de raça ou camada social. A segunda libertação é a da vida aparente. O Senhor leva a mulher a expor a verdade de sua vida diante daquele que ela acabou de conhecer e reconhecer como alguém enviado por Deus. A terceira libertação é a de adorar o verdadeiro Deus em espírito e verdade.

Jesus, de forma catequética e graduada, liberta aquela mulher samaritana das prisões que a vida lhe colocou e ela aceitava. Ele a ensina um novo modo de viver onde a verdade é sua motivação e a unidade é seu fruto.

A liberdade humana na perspectiva Agostiniana

Como abordaremos neste capítulo o pensamento de Agostinho acerca da liberdade e do livre-arbítrio, antes de fazermos qualquer consideração, apresentaremos brevemente quem foi Agostinho e seu pensamento.

Agostinho nasceu no ano 354 em Tagaste. Sua primeira educação foi humanística, iniciou os estudos em sua cidade natal, mas completou-os em Cartago onde começou a interessar-se também pela filosofia. Agostinho foi um grande defensor do maniqueísmo por vários anos, depois por breve período do ceticismo da academia romana e logo em seguida tornou-se neoplatônico. Ele aparece como destaque da filosofia cristã dos primeiros séculos.

Sua vida pode ser dividida em dois períodos distintos: antes e depois da conversão. Ele vem a converter-se e é batizado por Ambrósio em 387. Em 391 foi ordenado sacerdote pelo bispo de Hipona e em 395 foi eleito bispo daquele mesmo lugar. Seu episcopado ficou marcado pela sua incansável luta a fim de manter a pureza da doutrina católica diante dos maniqueus, dos donatistas e os pelagianos.

Agostinho torna-se maniqueu, uma tradição gnóstica secreta fundada na Ásia, no século III pelo monge asceta Mani. Os maniqueus acreditam que sua alma é composta não só do espírito, mas também de algo divino e seu corpo um embaraço ou um obstáculo, de tal forma que a perfeição é possível desde que se renuncie as coisas materiais e/ou corporais, uma vez que isso é mal e não nos direciona a Deus que é bom por excelência. Neste sentido, a alma possui um caráter divino por participar da divindade. Aí, permaneceu nove anos.

Com isso, o jovem Agostinho se depara com uma doutrina que sustenta Deus como sumamente bom, mas que poderia ser de algum modo afetado pelo mal. Ele punha esperança nos maniqueus, pois via nesta corrente de pensamento, certa união entre as vantagens da explicação cristã e as vantagens da explicação filosófica.

Os maniqueus percebiam o mal como algo de natureza eterna, não possuindo nascimento, de tal maneira que se assimilava a um ser poderoso que duelava com Deus. Eles acreditavam no princípio básico do Bem e do Mal. Havia duas divindades que governavam o universo e por conseguinte, o homem teria duas almas, cada uma governando o seu princípio. O homem não seria livre e nem mesmo responsável pelo mal que praticara, pois tudo que lhe ocorre depende de algo que estaria aquém de suas forças.

Como exposto, no maniqueísmo existe dois princípios, mas o que vem a marcar esta doutrina é a separação destes dois princípios em si mesmos, sendo eles autônomos, eternos e de potência igual. Outro ponto fundamental para estes é a maneira como se enfrenta o mal moral ou as questões morais no homem. Foi justamente este ponto que fez Agostinho interessar-se pelo maniqueísmo. Ele atormentava-se em querer saber de onde vinha o mal que praticamos e o maniqueísmo oferecia-lhe a resposta: o mal não é responsabilidade de quem pratica, mas algo involuntário e inevitável, visto que o mal era inerente à sua natureza corpórea.

Eu acreditava, com efeito, que não somos nós que pecamos, mas tão somente aquela outra natureza que pecava em nós, pelo que minha alma soberba deleitava-se com não ter as responsabilidades da culpa. Quando procedia mal, não confessava a minha culpabilidade, para que me pudésseis curar a alma, já que vos tinha ofendido, mas gostava de desculpar e de acusar uma outra coisa que estava comigo e que não era eu (AGOSTINHO, Confissões, p. 111).

Vemos portanto um paradoxo no pensamento maniqueísta. Ao mesmo tempo em que havia a alma boa do homem existia igualmente a alma má, que sujeitava determinadamente sua força sobre a primeira. Assim era muito mais cômodo as suas consciências. Por outro lado, esta corrente pregava que a alma ou homem poderia chegar, e até deveria, libertar-se do mal e alcançar a salvação. Isso mediante a um exercício de autoconsciência ou autodesalienação onde o espírito adormecido no interior da matéria toma consciência de si, despertando nele o desejo de salvação. Para eles a vida seria o grande exercício pela libertação da substância divina presa à matéria.

No maniqueísmo vemos ainda a doutrina dos “tempos”. Eles nos colocam três tempos distintos: (1) o **princípio**, onde se origina ontologicamente o bem e o mal; (2) o **médio** que é a mistura entre os dois princípios na pessoa, a alma sumamente boa e o corpo (matéria) que é má; (3) o **futuro** que é o retorno dos princípios, a alma para Deus e o mal para o pai das trevas.

Agostinho encontra-se em grande desconfiança para com os maniqueístas. Ele começa a duvidar do caráter racional do maniqueísmo, da falta de fundamentação científica no tocante às críticas que eles faziam às sagradas escrituras, as incoerências na explicação do problema do mal e a hipocrisia quanto à vida ascética dos maniqueus. Graças ao questionamento que seu amigo Nebrídio lhe faz, Agostinho percebe que o raciocínio do mal como algo contrário à natureza serve para destruir o próprio pensamento maniqueísta de que o mal forma uma substância ou uma natureza. Este foi o motivo pelo qual Agostinho se aparta definitivamente do maniqueísmo e passa a combatê-lo de forma permanente e árdua, depois de sua conversão. Ele vai comentar nas Confissões:

Buscava-a com segurança, certo de que era falsidade o que diziam os maniqueus; deles fugia com toda a alma, porque via suas indagações sobre a origem do mal cheias de malícias, preferindo crer que tua

substância era passível de sofrer o mal do que deles ser susceptível de o cometer (AGOSTINHO,2002, p. 144).

Mônica, forte na piedade como costumava definir Agostinho, rezava constantemente para que seu filho pudesse ser libertado do erro (maniqueísmo) e encontrasse, sem demora, a verdade. Ele percebe em sua mãe convicção pela fé católica e um testemunho de mulher que busca a vivência da palavra sagrada e de intimidade com os santos, como ele mesmo cita nas Confissões quando fala do costume de Mônica de visitar os túmulos dos santos levando bolo, pão e vinho. Outra personagem de grande importância e influência na vida de Agostinho fora Ambrósio, grande conhecedor e pregador da doutrina católica, homem de grande piedade e muito dócil. Ele chamou a atenção de Agostinho pela recomendação que fazia em seus sermões para que o povo observasse que a letra mata, mas o espírito comunica a vida. Agostinho percebe a partir de então, que estava cego para a verdade imutável e perfeita da fé católica e passa a prescrever a fé em coisas que ele não conseguia demonstrar por incapacidade dos homens ou por pura impossibilidade. Passa a construir uma relação de amizade com Ambrósio e o tem como um mestre espiritual e até intelectual, pois este era um bispo muito sábio daquela época.

Já o donatismo foi uma tradição religiosa cristã (séc. IV a séc. VIII), que teve como criador Donato de Casa Nigra (bispo) e fora considerada herética e cismática pelo catolicismo. Os donatistas eram rigorosos, achavam-se a igreja verdadeira e superiores aos demais e sustentavam que a Igreja não deveria perdoar e admitir pecadores, pois, só os inatacáveis na sua maneira de viver e íntegros em tudo, tinham valor diante de Deus. Ademais, para eles os sacramentos, como o Batismo, administrados por ministros que tinham negado a fé durante a perseguição de Diocleciano eram inválidos, assim como no caso se o sacramento da Ordem fosse executado por algum ministro indigno (segundo eles) tal ordenação não teria valor algum. Quanto às cerimônias cristãs eles condicionavam os efeitos destas ao estado espiritual daquele que celebrava, indo de encontro ao pensamento da Igreja de que o celebrante age “in persona Christae”.

O pelagianismo, por sua vez, também foi iniciado e animado por um religioso, o monge Pelágio que traz como doutrina a capacidade do homem de levar uma vida sem pecado pela sua força moral mesmo com a corrupção e a impureza conferida pelo pecado original. Ele coloca a responsabilidade, de certa forma, em Deus, pois dizia que Deus por querer que as pessoas vivam vidas perfeitas não deixaria de dotá-las de capacidade moral para assim agirem. Esta doutrina minimiza o papel da graça em favor de um “livre-arbítrio”. Para Pelágio, o pecado original não tem importância para a humanidade, é uma coisa restrita a Adão, não teria nenhum tipo de poder hereditário. Agostinho sai contra as afirmações dos pelagianos e começa a debruçar-se sobre elas para clarificar as mentes que perturbavam-se com tal doutrina. Ele define pecado como o que é dito, feito ou desejado contra a lei eterna; afirma o pecado original como hereditário a todo homem e que Adão passa a ser mortal por ter pecado, fundamentando sua afirmação na bíblia: “Eis porque, como por meio de um só homem o pecado entrou no mundo e, pelo pecado, a morte, e assim a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram...” (Rom 5,12). Se para os pelagianos a graça é algo descartável, para Agostinho a graça nos é dada como dom de Deus e é necessária para fazermos nossa opção pelo bem. A graça, portanto, não tem o efeito de suprimir a vontade, mas de torná-la boa. A doutrina de Pelágio era também uma reação contra os gnósticos-maniqueus e por isso não se atribuía a salvação pelo Espírito Santo e dava-se grande importância à vontade humana.

Agostinho, que antes debochava da fé católica, contribui com ela debatendo tais doutrinas por meio de esclarecimento e argumentos que punham abaixo as afirmações que elas traziam.

O bispo de Hipona, Agostinho, veio a falecer em 28 de agosto de 430. Tendo vivido 76 anos ele nos deixou um grande e qualitativo acervo de escritos filosóficos e teológicos que nortearam muitos desde sua época até os dias atuais, entre esses está o “Livre-arbítrio”, que é usado como base para nosso trabalho.

Como percebemos, ao longo de nossa reflexão, a questão do livre-arbítrio está diretamente ligada à do mal. Agostinho também vê desta forma e por isso na obra acima citada parte da problemática do mal: como é compreendido, qual a sua procedência e seu efeito.

... o mal não poderia ser cometido sem ter algum autor. Mas caso me perguntes quem seja o autor, não o poderia dizer. Com efeito, não existe um só e único autor. Pois cada pessoa ao cometê-lo é o autor de sua má ação. Se duvidas, reflete no que já dissemos: as más ações são punidas com justiça de Deus. Ora, elas não seriam punidas com justiça, se não tivessem sido praticadas de modo voluntário (AGOSTINHO, O livre-arbítrio, p. 25).

Quando questionado sobre como o homem aprende o mal, Agostinho afirma que o mal não pode ser ensinado, pois toda instrução é um bem, de tal modo que fazer o mal seria renunciar às instruções. No diálogo em que consiste a obra supracitada percebemos a tentativa de Agostinho e Evódio a fim de robustecer sua crença de que o mal provém das paixões interiores, ao mesmo tempo em que vêm as paixões como razões não suficientes para explicar a origem do mal, pois acontece de pessoas por ações boas serem condenadas, como foi o caso dos apóstolos, dos mártires e dos homicidas em autodefesa. O que é claro no pensamento agostiniano é que atitude má ou pecado, é consequência do abuso da vontade e ele afirma tal coisa partindo do pressuposto de que o homem está perfeitamente ordenado em si mesmo, e que é essencialmente superior aos animais por dispor de uma sublime faculdade chamada razão.

Não é evidente que tanto à força e outras habilidades corporais, o homem é facilmente ultrapassado por certo número de animais? Assim sendo, qual é pois o princípio que constitui a excelência do homem, de modo que animal algum consiga exercer sobre ele sua força, ao passo que o homem exerce seu poder sobre muitos deles? Não será por aquilo que se costuma denominar razão ou inteligência? (AGOSTINHO, O livre-arbítrio, p. 44).

Não se pode conceber outra forma de sabedoria senão aquela em que o homem usa da razão para discernir seus procedimentos. É certo que não há algo mais nobre, humanamente falando, do que a mente dotada de razão e sabedoria. Por isso a mente humana não é forçada por nenhuma outra força a submeter-se às paixões. À razão humana, foi dada a capacidade de dominar todas as paixões e instintos humanos, esse poder não lhes é acrescido nem privado. Assim, resta-nos admitir que o responsável pela submissão às paixões seja o livre-arbítrio.

Outra prova de que o pecado vem do livre-arbítrio é a atuação da boa vontade, por isso é preciso desejar a boa vontade e que as coisas boas constitua-se uma vontade na vida do homem. Acreditamos ainda que todo homem busca, deseja firmemente a felicidade,

mas somos certos também de que gozar de uma vida feliz depende de nossa boa vontade e se o homem não tem boa vontade não poderá ser feliz.

Quando concluimos que as orientações de Agostinho nos afirmam o mal moral como uma coisa provinda do livre-arbítrio de nossa vontade, não estaríamos dizendo que o livre-arbítrio seria também mal?

É preciso deixar bem claro o que seria livre-arbítrio para Agostinho e em que difere da liberdade. Como já podemos perceber pelo exposto até então, Agostinho considera o livre-arbítrio como um bem dado por Deus e que por ele o homem tem a oportunidade de fazer as escolhas centrais: fazer ou não fazer o bem. O livre-arbítrio está intrinsecamente ligado ao poder da vontade de optar, que por sua vez baseia-se no desejo de participar da felicidade. A vontade é neutra e o que a determina é a opção feita a partir do livre-arbítrio.

Vista em si mesma, a vontade é um valor neutro, pois podemos utilizá-la tanto para o bem como para o mal. A vontade que opta pelo mal, torna-se má; a que escolhe o bem, torna-se boa. Por isso não se pode chamá-la de boa sem primeiro determiná-la mais de perto (BOEHNER e GILSON, 2000, p.191).

Quando Agostinho nos dá tais afirmações, faz-nos resolver um antigo paradoxo socrático, quando acreditava ser impossível conhecer o bem e praticar o mal. Isso porque Agostinho discorda do pensamento grego e demonstra que a liberdade é própria da vontade e não da razão; ela é uma faculdade diferente da razão embora com ela se relacione. REALE (1990, p. 457) ao tratar do assunto nos coloca: “A razão conhece e a vontade escolhe, podendo escolher inclusive o irracional, ou seja, aquilo que não está em conformidade com a reta razão”.

A liberdade, no entanto - afirma Agostinho - é a decisão do bem; de tal forma que somente quando o homem opta pelo bem ele é livre. O poder de usar bem o livre-arbítrio é precisamente a liberdade, é o que nos apresenta REALE (1990, p.458). Assim sendo, podemos compreender o pensamento agostiniano: ser livre é fazer a vontade de Deus, o bem.

A possibilidade de fazer o mal é inseparável do livre-arbítrio, mas o poder de não fazê-lo é a marca da liberdade – e encontrar-se confirmado na graça a ponto de não poder mais fazer o mal é o grau supremo da liberdade. Assim, o homem que está mais completamente dominado pela graça de Cristo é também o mais livre: *libertas vera est Christo servire* (REALE, 1990, p.458).

Segundo o pensamento de Agostinho somente quando não comungamos do mal e praticamos o bem somos livres, e fazemos o bem quando amamos. Ele afirma, indo de encontro ao que os filósofos gregos acreditavam, que: “O homem bom é aquele que ama: aquele que ama aquilo que deve amar” (REALE, 1990, p.459). Este pensamento se dá na lógica de que ‘o meu peso está no meu amor’, e assim sendo, o homem deve amar os outros homens e as coisas em função de Deus, pois o amor voltado para Deus implica em amar de modo justo. Nesta perspectiva, Agostinho exorta: *ama, et fac quod vis*.

A vida do homem se traduz numa sequência de atos individuais, esses atos devem ser discernidos à luz do amor, bem como a observância da lei. Sujeitos a vivermos segundo o amor, tornamo-nos sujeitos ao Criador e assim indivíduos que põem em prática a vontade de Deus, o bem. Tornamo-nos livres em face de todas as criaturas.

CONCLUSÃO

O dado da encarnação é, para todo cristão católico, a expressão máxima do amor de Deus pela humanidade, pois neste evento revelador o Pai envia seu Filho unigênito para regenerar toda humanidade. As profecias do Messias Libertador são cumpridas ao fazer-se Carne o Verbo divino do Pai. Jesus, pela ação do Espírito Santo se encarna, sem deixar de ser Deus, e tornando-se homem desempenha a economia salvífica do Pai. Caminha entre as “castas sociais” de Jerusalém resignificando o que conceberam com os mais velhos a respeito da Lei e da vontade de Deus, ensinando-os a preocuparem-se com o próximo e com as coisas do alto.

Em sua vida pública, Jesus age de forma livre, rompendo os costumes de então para mostrar que não existe um grupo superior ou restrito, mas que todos fazem parte de um mesmo povo, o povo de Deus: sendo ele judeu, conversa com a samaritana, faz refeição em casa de um pecador público e permite que uma pecadora lave e unja seus pés (raças com quem os judeus evitavam se misturar para que não ficassem impuros), critica anciãos, mestres e doutores, chamando atenção para os atos hipócritas destes (grupos que os judeus não ousavam questionar). O esforço de Jesus era para que todos mudassem de vida, cressem no evangelho que liberta e se unissem como um único povo.

Já perto de sua morte, Jesus, percebendo a dureza de coração do seu povo, reza ao Pai: “Para que todos sejam um. Assim como tu, Pai, estás em mim e eu em ti, sejam também eles um, em nós, a fim de que o mundo creia que tu me enviaste” (Jo 17,21). Também para viabilizar a unidade desejada na economia da salvação, o Senhor instituiu o admirável sacramento da eucaristia, significando e efetuando a unidade da Igreja e lhes prometeu enviar o Espírito Santo.

Depois da morte de Cristo na cruz, os apóstolos, guiados por Pedro, continuam o Caminho, atendendo o mandato do Senhor: “Jesus se aproximou deles e disse: foi-me dada toda a autoridade no céu e na terra. Ide, pois, fazer discípulos entre todas as nações, e batizai-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Ensinai-lhes a observar tudo o que vos tenho ordenado” (Mt 28, 16-20). A itinerante missão dos discípulos falando do Cristo, curando e libertando dos maus espíritos suscita em muitos a conversão e a adesão ao Evangelho, mesmo em meio as perseguições.

A Igreja, comunidade dos seguidores do Senhor, cresceu como rebanho único de Deus com a missão de permanecer unida a Cristo e por Cristo salvaguardando a fé recebida.

Na Igreja sempre houve fissuras entre suas comunidades. No princípio os apóstolos as condenavam severamente. mas elas foram tomando maiores proporções e resultaram no afastamento pleno de algumas comunidades da comunhão com a Igreja Católica.

De fato, “nesta Igreja de Deus una e única, já desde os primórdios surgiram algumas cisões, que o Apóstolo censura asperamente como condenáveis. Nos séculos posteriores, porém, surgiram dissensões mais amplas. Importantes comunidades separaram-se da plena comunhão da Igreja Católica, às vezes por culpa

dos homens duma e doutra parte” (275). As rupturas que ferem a unidade do Corpo de Cristo (a saber: a heresia, a apostasia e o cisma) (276) devem-se aos pecados dos homens: “*Ubi peccata, ibi est multitudo, ibi schismata, ibi haereses, ibi discussiones. Ubi autem virtus, ibi singularitas, ibi unio, ex quo omnium credentium erat cor unum et anima una* — Onde há pecados, aí se encontra a multiplicidade, o cisma, a heresia, o conflito. Mas onde há virtude, aí se encontra a unicidade e aquela união que faz com que todos os crentes tenham um só coração e uma só alma” (277) [CIC].

Sabidamente, o Senhor persegue os objetivos de sua graça, a regeneração do gênero humano e a unidade de todos os cristãos. Há um tempo Ele começou a provocar na liberdade, com maior intensidade, entre aqueles que se separam, o ardente desejo de unirem-se, diante da dor que esta separação causa. Esta graça tem crescido, o que fez brotar entre estes, por inspiração do Espírito Santo, o desejo da restauração da unidade entre os cristãos, do qual participa hoje muitas denominações que invocam o Deus uno e trino, e confessam que Jesus é Senhor e Salvador. Embora de maneira diversa, quase todos aspiram a uma Igreja una, visível e universal para que o mundo se converta, testemunhe o Evangelho e seja salvo.

Este movimento suscitou na Igreja o desejo de declarar a sua doutrina, motivando os que se separam a unidade como discípulos do Cristo. Mas afirmou ser e única Igreja verdadeiramente querida e fundada por Nosso Senhor Jesus Cristo³.

Precisamos entender que não se trata de uma posição autoritária ou egoísta da Igreja, mas o correto entendimento daquilo que ela é de fato: “A Igreja Católica, por meio de Jesus Cristo, foi por Deus fundada como necessária” (LG 14 / DZ4136). No entanto, ela reconhece o ecumenismo como um movimento nascido “sob a inspiração da graça do Espírito Santo”, por meio do Santo Ofício, na instrução *De Motione Ecumenica* (20/12/1949).

Não encontramos nesta afirmação da *De Motione Ecumenica* um empecilho para nosso trabalho, antes uma ratificação de tudo que temos dito. A verdade da fundação da Igreja e de sua unicidade apresentada por Cristo leva a própria Igreja à liberdade, que como vimos, segundo Agostinho é a escolha pelo bem, conseqüentemente por Deus ou pelo que é d’Ele. Desta forma, ao colocar essa impossibilidade de fazer parte do grupo de estudos e reuniões do movimento ecumênico, Pio IX aponta o caminho a ser feito neste processo: respeitar os irmãos que encontram-se separados, mas não abrir mão de sua doutrina, pelo contrário, a riqueza desta doutrina deve ser usada para a restauração do cisma entre os irmãos.

A liberdade, torna-se o forte instrumento que ajuda o processo ecumênico a alcançar seu amadurecimento e, por conseguinte, a unidade querida por Deus para todo o seu povo. A verdade liberta e a liberdade, a exemplo de Cristo, nos unificará, desejo de Deus, desejo do movimento ecumênico.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO. **Confissões**. ed. 16^a. São Paulo: Paulus, 2005

_____. **O livre-Arbítrio**. São Paulo: Paulus, 1995. (Coleção Patrística)

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus. 2008.